

letra

o jornal do alfabetizador



Belo Horizonte, agosto/setembro de 2009 - Ano 5 - nº 19



Livros escolares: Usos e políticas

Os programas do livro: do acesso ao uso



ZÉLIA VERSIANI E ISABEL CRISTINA FRADE – professoras da Faculdade de Educação da UNMG, pesquisadoras do Ceale e editoras pedagógicas do Letra A

A formação de leitores no Brasil, por razões históricas, deve muito aos livros escolares. O livro didático, antes adquirido pelos pais ou fornecido por "caixas escolares", também se tornou, para muitos alunos brasileiros, objeto ritual de acesso à cultura escrita. Nas últimas décadas, muitos leitores de primeira linha vêm avaliando a qualidade das obras no âmbito das políticas governamentais, garantindo que os materiais distribuídos gratuitamente para todos tenham qualidade conceitual, metodológica e gráfica. Mais recentemente, outras políticas para o livro na escola se somaram às relativas ao livro didático, ampliando o leque de ofertas e o repertório cultural dos alunos incluindo obras de referência, livros de literatura e materiais complementares. Pode-se dizer que nossos problemas quanto ao acesso e à qualidade dos livros tendem a desaparecer.

Cabe, então, pensar no melhor processo de escolha, na distribuição e no uso desses materiais, na escola. E na continuidade de esforços pela implementação de outras políticas culturais de distribuição de livros e leitura em contextos e instituições extra-escolares. Embora alunos, professores e gestores sofram os efeitos de diversas políticas do livro voltadas para a escola, será que conhecem os modos de avaliação, divulgação e distribuição desses materiais?

Os programas implementados pelo MEC, há mais de duas décadas, são o tema deste *Letra A*. Inicialmente, na década de 1980, foi criado o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) e, depois dele, vieram outros programas, como o PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola), o PNLEM (Programa Nacional do Livro do Ensino Médio), o PNLD Dicionário, entre outros. Hoje, a soma dessas políticas apresenta intensa dinamicidade cujos efeitos repercutem nas esferas da produção dos livros, das metodologias de ensino e da produção acadêmica sobre materiais didáticos e sobre a literatura para todos os segmentos do ensino fundamental e médio. A discussão sobre a qualidade dos livros que chegam às escolas – sejam os chamados didáticos, os de referência ou os literários – promove, a cada ano de avaliação, a socialização de saberes acadêmicos e da sala de aula, aproximando teoria e prática. Neste número especial, voltamos nossa atenção para os sujeitos envolvidos nesse processo, desde os que recebem os livros, os alunos das escolas públicas; os professores que os utilizam em suas aulas; os editores e autores que cuidam de sua produção; até os professores universitários que os avaliam, garantindo que aqueles a quem mais interessa esse complexo processo recebam livros de qualidade, sem erros, sem preconceitos, bonitos e bem acabados.

A relação entre os que produzem as obras e aqueles que as avaliam, muitas vezes conflituosa, tem rendido bons frutos para os alunos. E é isso que interessa ao PNLD. A história do Programa aponta uma trajetória que vai se tornando mais refinada com o passar dos anos. Não abrindo mão dos critérios de qualidade, as equipes de avaliação têm diversificado os modelos de livros, procurando dialogar, não apenas com as inovações, mas também com os aspectos apontados pelos professores a partir de suas escolhas anteriores.

Os livros de literatura também têm chegado às escolas, e a cada versão do PNBE, inova-se um pouco mais. Os editais específicos para cada segmento de escolaridade que receberá os livros buscam o equilíbrio entre os gêneros publicados para crianças, jovens e adultos e entre as editoras que inscrevem suas obras, garantindo-se, assim, diversidade autoral, de gêneros, editorial etc. Consideram-se, nesse processo, tanto a novidade quanto a tradição literária, sempre numa perspectiva de ampliar os repertórios dos leitores em formação.

O programa que tem o objetivo de compor os acervos das bibliotecas escolares, comparado ao irmão mais velho, o PNLD, precisa ter garantida a sua continuidade, seja qual for o governo. Uma biblioteca com bom acervo, bem estruturada e em bom funcionamento é condição básica para o trabalho de formação de leitores na escola. Garantido o acesso, pode-se passar à discussão dos usos escolares dos acervos: o que tem sido feito com os livros nas escolas? Eles estão, de fato, chegando às mãos dos leitores? As indagações atuais mostram o quanto as políticas do livro devem ser acompanhadas de políticas de formação para que se constituam, efetivamente, como políticas de leitura.

Por sua vez, o PNLD Dicionário veio atender a uma necessidade de qualidade de materiais de referência e também de adequação aos leitores que usam esses livros de consulta. Não havia, até então, um interesse editorial voltado para as especificidades dos alunos em diferentes estágios de sua formação. As crianças, grandes vítimas disso, eram obrigadas a usarem dicionários que não foram feitos para elas. Depois do programa, é possível encontrar dicionários ilustrados – a quatro cores – com definições numa linguagem ao alcance das crianças. Os dicionários tornaram-se atraentes e adequados aos alunos que aprendem a ler e a escrever.

Esperamos que, ao colocar ao alcance de nossos leitores as diferentes vozes reunidas nesta edição, estejamos contribuindo para tornar o debate sobre as políticas para o livro e sua utilização mais rico. Boa leitura!

CARTAS

"A reportagem 'Aos cinco, aos seis ou aos sete?', publicada no *Letra A* nº18 é extremamente oportuna, pois levanta a discussão de forma clara, reflexiva e relevante. Se quisermos que os educadores encontrem alternativas é preciso que iniciemos um grande debate sobre o assunto, pois somente o debate, a formação e a reflexão poderão construir uma nova *práxis*." **Marlene Coelho Alexandroff, professora universitária de São Paulo, por e-mail.**

"O *Letra A* é um excelente material de apoio ao professor alfabetizador porque as matérias são atuais e interessantes, auxiliando-o na sua prática docente." **Andréa Fidelis Duarte Pereira, professora do ciclo introdutório da rede municipal de Belo Horizonte (MG), por e-mail.**

"Quero parabenizar a equipe do *Letra A* pela contribuição à formação continuada dos educadores, ampliando nossos conhecimentos. O *Letra A*, através das reportagens significativas e de qualidade, oportuniza-nos: análises, conhecimentos, reflexões e a busca por mudanças em nossa prática profissional, que está em constante transformação." **Fabiana Faria Souza, coordenadora pedagógica da rede municipal de Nova Lima (MG), por e-mail.**

Participe você também do Letra A. Mande seu comentário para letra.a@fae.ufmg.br ou ligue para (31) 3409-5334

EXPEDIENTE

Reitor da UFMG: Ronaldo Tadeu Pena | Vice-reitora da UFMG: Heloisa Maria Murgel Starling | Pró-reitora de Extensão: Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben | Pró-reitora adjunta de Extensão: Paula Coimbra de Mendonça Vianna
Diretora da FAE: Antônia Vitoria Soares Aranha | Vice-diretor da FAE: Orlando Gomes de Aguiar Junior | Diretora do Ceale: Francisca Izabel Pereira Maciel | Vice-diretora do Ceale: Maria Lúcia Castanheira
Editoras Pedagógicas: Zélia Versiani e Isabel Frade | Editora de Jornalismo: Fernanda Santos (13409/MG) | Projeto Gráfico: Marco Severo | Diagramação: Aureliza Lemos e Cristiano Magalhães | Reportagem: Aline Diniz, Cédil Silva, Juliana Afonso e Sulamara Moreira
Revisão: Heliana Maria Brim Brandão

O Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) é um órgão complementar da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha - CEP 31 270 901 Belo Horizonte - MG Telefones (31) 3409 6211 / 3409 5334 Fax: (31) 3409 5335 - www.ceale.fae.ufmg.br



Que avanços promove a política do livro no Brasil?



Foto: Lara Morselli

JORGE VUNES - presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrelivros)

A situação do livro didático na escola mudou muito nos últimos anos com a consolidação, a partir de meados da década de 90, do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), programa permanente de aquisição de livros escolares pelo governo. Com recursos financeiros regulares, o PNLD definiu critérios e um calendário básico para o processo de avaliação, aquisição e distribuição do livro para as escolas; tomou como princípio básico o respeito à escolha do professor e universalizou o atendimento para o ensino básico.

Identificado como um dos mais importantes instrumentos para os professores no processo de ensino-aprendizagem, o PNLD distribui anualmente mais de 100 milhões de livros para, aproximadamente, 40 milhões de alunos das escolas públicas brasileiras.

Ao longo desses anos, o programa vem passando por constantes aprimoramentos, tendo em vista a universalização do seu atendimento, o aperfeiçoamento dos critérios de inscrição e da avaliação pedagógica das obras, a escolha por parte dos professores e o princípio da ampla participação das editoras. Em um país com cerca de 90% de seu alunado frequentando escolas públicas, a centralização da avaliação e da compra com a democratização da escolha pelos professores é a combinação mais eficaz para essa complexa rede de corresponsáveis.

Acreditamos ainda que a escolha do livro didático pelo professor permite que sejam contempladas as reais necessidades dos alunos, além de atender ao projeto didático-pedagógico adotado pela escola, criando o compromisso do professor com o bom uso e aproveitamento desse material.

De qualquer modo, o PNLD vem dando certo há bastante tempo e merece todo o apoio da Abrelivros. O sistema é tão bem feito que prosseguiu mesmo com a mudança de governo. Graças a esse esforço conjunto da sociedade, o Brasil tem um dos melhores programas de compra e distribuição de livros escolares, reforçando a importância da livre escolha do professor a partir de um variado leque de possibilidades oferecido pelas editoras.

Inúmeros fatores devem ser analisados quando se pensa na melhoria da qualidade da educação. No entanto, parte dessas conquistas se deve às políticas do livro desenvolvidas pelo Ministério da Educação. Mesmo com todos os avanços técnicos, muitas famílias brasileiras ainda têm pouco acesso aos livros. Boa parte dos alunos da rede pública só tem contato com a cultura escrita na escola, pois o cotidiano de suas famílias não inclui livros, jornais ou revistas. Então, é papel da escola inserir esses alunos nas relações sociais construídas a partir da escrita.

O livro didático, em especial, é instrumento importante para a sistematização dos conteúdos, sendo, muitas vezes, o único subsídio para o trabalho do professor em sala de aula. Mas é preciso ir além; ampliar cada vez mais o acesso a informações corretas e atualizadas, de fontes diversas, pela distribuição de outros tipos de texto, sejam obras complementares – já em fase de negociação – para as turmas de 1º e 2º anos, que estão em processo de aquisição da escrita, sejam obras literárias distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola ou, ainda, periódicos de apoio ao professor, que já vem sendo adquiridos.

A escola é, por excelência, o lugar do livro, da leitura, do desenvolvimento do potencial dos alunos para lidar com os códigos por meio dos quais o conhecimento se dissemina. Distribuir livros às escolas públicas significa aproximar seus alunos e professores de um universo de informações que se renovam dia a dia e que, muitas vezes, se distanciam da sala de aula. É interessante notar que há uma grande expectativa dos municípios quanto ao recebimento dos livros enviados pelo MEC. Pudemos perceber isso na escolha das obras para o PNLD/2010, que distribuirá coleções de Alfabetização linguística, Alfabetização matemática, Geografia, Ciências, História, Matemática e Língua Portuguesa. O período de escolha dessas obras pela escola encerrou-se com participação de 81% das instituições. Isso mostra a importância desses materiais para o trabalho em sala de aula.



Foto: Acervo pessoal

MARCELO SOARES PEREIRA DA SILVA - diretor de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologias para Educação Básica - SEB/MEC

dicIONÁRIO da ALFABETIZAÇÃO

Tipografia

Para compreender o que é tipografia, é necessário um exercício interessante: descolar as letras do significado do texto. Imagine você, leitor, que estas mesmas letras que está vendo podem se destacar deste texto e de seu significado. Não parece ser uma tarefa fácil, não é mesmo? Mas será que isto é possível? Ora, as crianças ainda não alfabetizadas desenham letras mesmo sem saber o que elas, unidas umas às outras, podem significar. E justamente esse desenhar da letra é o conceito mais essencial de tipografia. Pois a tipografia tem como característica a superposição de dois aspectos: ação e técnica. Em primeiro lugar, o ato de escrever, de caligrafar, de desenhar as letras, sejam elas cursivas ou hachuradas; em segundo lugar a criação

de desenhos e composições de letras por meio de técnicas mecânicas ou digitais. Pode-se dizer que a tipografia é uma técnica de escrever. Para citar uma definição curta e poética, escolhemos o tipógrafo canadense Robert Bringhurst, consciente das relações entre técnica e imaginação: "Tipografia é simplesmente isto: escrita idealizada". Uma volta às origens pode esclarecer um pouco mais a compreensão desse conceito. Se os dois aspectos citados estão presentes na constituição da própria palavra (tipo + grafia), sabe-se que, no seu surgimento, em meados do século XV, a tipografia era também chamada de "black art". Esse sinônimo esquecido revela-nos não só a qualidade artística e formal da tipografia, mas também seus

aspectos mágicos e misteriosos. "Black art" não se refere apenas à cor da impressão, significa também "magia negra". Afinal, que tipo de magia é essa que a tipografia produz? É justamente a que faz com que você, leitor, ao olhar para as letras impressas neste jornal, tenha acesso a ideias de alguém que você nem mesmo conhece, ou seja, o autor destas linhas. A magia está na ausência do corpo, mas que apresenta sua voz por meio de traços mecânicos. Afora o misticismo, as discussões tipográficas interessam diretamente ao alfabetizador. Para ficar apenas com duas questões: Qual é a melhor forma de escrita para se iniciar uma criança? Qual é a tipografia ideal para textos utilizados na alfabetização?

BRUNO GUIMARÃES MARTINS - professor do curso de Comunicação Social da UFMG e autor do livro *Tipografia popular: potências do livro na experiência do cotidiano*



Escolha participativa

Envolvimento dos estudantes na seleção dos livros didáticos pode contribuir para o êxito do trabalho em sala de aula

(JULIANA AFONSO)

MEC, pesquisadores, escolas, professores. Todos estão envolvidos na escolha dos livros didáticos. Mas por que não escutar também os estudantes, já que são eles que vão usar os materiais? Foi isso o que fez a diretora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Arujá (SP), Cristiani Freitas. Em 2001, quando ainda trabalhava numa escola de Ubatuba (SP), ela decidiu inserir os alunos na escolha do livro didático e, desde então, manteve esse trabalho em todas as escolas em que trabalhou.

Responsável pelo processo de escolha dos livros para todas as escolas municipais de Arujá, Cristiani organizou, este ano, oficinas para a análise desses materiais, contando com a participação dos estudantes. Os professores montaram um roteiro com perguntas simples sobre as obras, dividiram os alunos em grupos e deram um exemplar para que cada grupo analisasse. "Essa foi a sugestão básica, mas as escolas tiveram liberdade para criar outros sistemas", explica. Em

seguida, os professores pediram que os estudantes indicassem os três livros que consideraram melhores.

A ideia de inserir os estudantes no processo de escolha surgiu depois de algumas observações: "muitas vezes o livro não gera motivação nos estudantes ou nem é usado por falta de afinidade por parte dos alunos", ressalta a diretora pedagógica. "O aluno sabe e pode opinar sobre o livro mais interessante, mais motivador, com a capa mais bonita, com letra mais fácil, com ilustrações que favoreçam o entendimento. Eles fazem observações que muitas vezes os professores não fazem", destaca.

Segundo Cristiani Freitas, pelo menos um dos livros apontados pelos alunos é escolhido e utilizado nas escolas. Ela garante que a recepção das obras pelos estudantes é diferente quando já conhecem o material. "Eles se sentem responsáveis pelas obras, pois ajudaram a escolhê-las. E esse sentimento de pertencimento leva a um melhor aproveitamento do material em sala de aula", afirma.

Alunos Poetas

Concurso de poesias estimula o gosto pela leitura e pela escrita (ALINE DINIZ)

"Chorar...

Para que chorar?

Sorrir...

Mas sorrir sem cessar"

Esses versos pertencem ao poema *Solucionar (?)*, escrito em 2001, por Meire Silva Oliveira, na época, aluna do Colégio Gonçalves Dias (RJ). O texto foi um dos premiados no concurso Jovens Poetas, promovido por sua escola desde 2001.

O projeto tem o objetivo de desenvolver a criatividade, a escrita e a leitura dos alunos. Podem concorrer estudantes de escolas públicas e particulares da Baixada Fluminense. Depois de inscritos, os textos são avaliados por professores do colégio e os melhores compõem um livro, distribuído, ao final do concurso, para os autores premiados. Para o coordenador de projetos pedagógicos do Colégio Gonçalves Dias, Lucio Luiz, "os estudantes que participam da iniciativa se sentem contentes e estimulados a continuar a ler e a escrever".

Lucio diz que a maioria dos poemas inscritos é proveniente de escolas públicas e os professores são os maiores incentivadores dos jovens autores: "nas instituições públicas o que se percebe é que os professores levam a proposta para a escola e estimulam bastante seus alunos". Além da edição em livro, o colégio promove uma tarde de autógrafos e uma noite de declamações. Durante o evento, os poemas publicados são recitados pelos próprios autores ou por algum colega escolhido por eles. "Na declamação, os alunos se arrumam e demonstram prazer em recitar e ouvir as poesias dos outros", conta o coordenador.

O projeto Jovens Poetas é realizado de dois em dois anos e não possui fins lucrativos. Para que um aluno possa se inscrever, ele deve estar estudando em uma escola da Baixada Fluminense e ter até 17 anos.

Os interessados devem enviar seus poemas por *e-mail*, carta ou entregar pessoalmente no Colégio Gonçalves Dias. Os participantes são divididos em duas categorias: Despertar, para alunos de até 13 anos, e Alvorecer, para estudantes de 14 a 17 anos de idade. Os três livros já publicados reservaram metade do espaço para poesias de alunos do Colégio Gonçalves Dias e a outra metade para os estudantes das demais escolas participantes. De acordo com Lucio Luiz, uma nova edição do projeto vai ocorrer no segundo semestre de 2009. Os interessados em saber mais sobre o Jovens Poetas podem acessar o *site*: <http://www.gd.g12.br/jovenspoetas>.

O poema como porta

Com poesia, projeto atrai alunos para a biblioteca (CEDÊ SILVA)

"A biblioteca é o coração da escola". Com essa frase, a bibliotecária Fátima Gurgel resume a importância de se trazer as crianças para esse espaço que, segundo ela, "não pode ser visto apenas como um local de silêncio ou de se fazer trabalhos". De 2004 a 2008, ela coordenou a biblioteca da Escola Municipal Nice de Paula Sobrinho, em Vila Velha (ES), onde desenvolveu o projeto Poemas na Escola.

O trabalho foi realizado em 2006, com alunos de 6ª a 8ª séries (atuais 7º ao 9º ano). Os estudantes recebiam poemas de autores como Manuel Bandeira, Elias José e Patativa do Assaré para usá-los em várias atividades, dentre elas, leitura, declamações e encenações.

Os alunos também estudaram as biografias dos autores e criaram brincadeiras com rimas. Ao final do projeto, que durou dois meses, cada estudante escreveu seu próprio poema, de tema livre. As melhores poesias foram compiladas num pequeno livro, e houve uma cerimônia de premiação na escola.

Segundo Fátima Gurgel, o principal objetivo do Poemas na Escola era trazer os alunos para a biblioteca. "Tratava-se de um projeto de incentivo à leitura", ressalta, "e os alunos aprenderam a pesquisar e a escrever melhor". O sucesso desse trabalho inspirou um projeto maior, chamado Formando Poetas, que envolveu toda a rede municipal de Vila Velha e foi realizado entre 2006 e 2008.



Livro

Além de desenvolver a criatividade e facilitar a interação com os meios de comunicação, os livros são importantes para formar cidadãos críticos (ALINE DINIZ)

Atos simples do cotidiano, como assistir televisão, navegar na internet e ler matérias em jornais e revistas estão diretamente relacionados à maneira como fomos alfabetizados. É o que defende a professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Regina Zilberman. Para ela, "o modo como aprendemos a ler os livros (da esquerda para a direita e de cima para baixo) é, dentre outros fatores, o que nos permite compreender os textos digitais, as narrativas da televisão e as matérias jornalísticas".

Um exemplo disso é nossa postura diante do computador: "a tela reproduz o modo como lidamos com a página impressa de um livro. As linhas são dispostas da

esquerda para a direita e usamos a barra de rolagem para ler de cima para baixo", explica Regina.

O professor da Universidade Federal Fluminense, Aníbal Bragança, considera que "o livro é um espaço finito, singular e portátil de registro da expressão verbal ou gráfica da experiência humana, que pode ser único ou multiplicado em cópias iguais, por diferentes processos técnicos, em suporte de papel ou outro material, de acordo com as tecnologias de reprodução disponíveis". A partir dessa definição, é possível pensar em diferentes tipos de livros, como os didáticos e os literários.

Além da educação

Em geral, é na infância que se dá o primeiro contato com o mundo dos livros. Regina Zilberman explica que o livro infantil é importante para a formação intelectual, moral e pessoal das crianças. Além disso, conviver com os livros na infância ajuda a desenvolver e fortalecer a identidade. Mesmo quando os meninos e meninas ainda não são capazes de decifrar todos os códigos presentes em uma obra, as figuras e a manipulação desse objeto são importantes para o seu desenvolvimento. Já para adolescentes e adultos, os livros literários "contribuem para a formação do espírito crítico e estimulam a prática da racionalidade", destaca Aníbal Bragança.

Os livros didáticos, por sua vez, têm o objetivo de formalizar a transmissão de conhecimentos. A professora Regina Zilberman alerta, porém, que, mesmo sendo um instrumento importante, ele não pode ser exclusivo. "Os livros didáticos são um complemento para a formação dos estudantes e um auxílio para os professores. Se os alunos tiverem contato apenas com esse tipo de material, o horizonte deles fica restrito, ou seja, os leitores podem pensar que todos os livros bons devem trazer lições ou ensinamentos", observa.

Dos copistas à imprensa

A origem do livro se confunde com a da escrita, contudo, não há um registro preciso do seu surgimento. Aníbal Bragança aponta alguns tipos de livros usados na antiguidade para registrar a experiência humana, como o papiro dos egípcios e os tabletes de argila dos mesopotâmicos.

O professor explica que, durante a Idade Média, a Igreja Católica era a responsável pela continuidade das práticas letradas vindas do mundo clássico. Nesse período, a instituição preservou e formou bibliotecas nas quais a temática religiosa era hegemônica e o acesso era controlado, inclusive, porque, via de regra, o domínio da escrita e da leitura era restrito aos clérigos. Um fato marcante da Idade Média é o surgimento dos monges copistas, homens que se dedicavam, em tempo integral, a reproduzir livros à mão.

Somente na Idade Moderna é que o livro se torna popular a partir da invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, em 1455, criando um modo de imprimir com tipos móveis reutilizáveis. Essa técnica consistia na construção, à mão, de letras de metais – os tipos – utilizadas na impressão dos textos. A primeira obra impressa por essa técnica foi a Bíblia, em latim.

O livro passou ainda por mudanças significativas no século XIX, com a criação de prensas a vapor, novas formas de reprodução de imagens e de composição gráfica. Nesse período, houve também o crescimento da alfabetização e do mercado consumidor, propiciando maior circulação das obras. De acordo com Aníbal Bragança, essas transformações não alteraram significativamente o produto livro, "cuja forma se mantém até hoje como uma das mais duradouras e bem resolvidas criações para os fins propostos".

»» Livros X Tecnologia

Segundo o professor Aníbal Bragança, o livro sempre esteve "envolvido por uma aura que vai além do suporte e do objeto funcional". Para Regina Zilberman, o livro difere das demais mercadorias, pois não perde seu valor. "Às vezes, quanto mais velha, mais procurada é a obra. O livro tem uma importância que ultrapassa o seu valor comercial, já que seu conteúdo emocional ou afetivo não pode ser mensurado", considera.

A professora vê as novas mídias e seus suportes, o celular e o computador, por exemplo, como "uma reprodução do ato tradicional da leitura". Para ela, "o que as novas mídias fazem é tornar o ato de ler ainda mais necessário, visto que para se ter êxito na manipulação delas é necessário ser um leitor de livros". Regina Zilberman afirma ainda que "a concorrência com outros meios de comunicação fez com que as edições dos livros ficassem mais caprichadas e aumentasse a procura por clássicos".



Do mundo para o livro

Os interesses e as observações dos próprios alunos podem ser boa alternativa como ponto de partida para se pensar o uso do livro didático (SULAMARA MOREIRA)

Uma das mais frequentes críticas ao uso do livro didático está relacionada ao fato de que muitos professores ficam condicionados ao conteúdo do livro para desenvolver os programas de seus cursos. Segundo a professora da Universidade de São Paulo (USP), Circe Bittencourt, essa dependência pode ser ainda maior quando o professor tem pouco domínio sobre o conteúdo e ocorre, em geral, porque o livro didático sintetiza e organiza todo o programa curricular. "Acaba ficando naquilo de

'abre na página tal', 'faz o exercício da página tal'. E qualquer coisa fora do livro o professor não dá conta de responder", afirma a pesquisadora.

A professora da Universidade Estadual de Campinas, Roxane Rojo, defende que o ideal é aproximar a turma das práticas sociais que circulam fora da sala de aula. "O professor pode tanto levar vídeos, revistas e jornais para a classe, como pode sair com os alunos", sugere.

De fora para dentro

É nessa linha que trabalha a professora Tânia Silva, da Escola Municipal União Comunitária, em Belo Horizonte (MG). Há anos atuando na área de pedagogia de projetos, ela procura partir dos interesses de seus alunos para trabalhar os conteúdos curriculares. "No primeiro dia de aula, eu faço uma discussão com os estudantes e pergunto sobre quais temas eles gostariam de saber mais. A partir daí monto minhas aulas", conta.

Tânia Silva diz que não segue a ordem dos capítulos tal como o livro propõe. "Como temos um tema definido, eu vou usando o livro à medida que ele contempla os assuntos que estão sendo trabalhados em nosso projeto. E intercalo com outros materiais". Ela percebe que o envolvimento de seus alunos é muito maior quando são abordadas questões sobre as quais eles demonstram interesse prévio. "Esse ano um dos temas que estamos trabalhando é a música clássica. Em uma das aulas eu levei para a turma uma música de Villa Lobos e, no outro dia, vários meninos chegaram com uma pesquisa sobre a vida do maestro", conta.

A pesquisadora Circe Bittencourt, que estuda o livro didático e sua utilização, concorda com esse tipo de iniciativa. Ela acredita que é papel do professor definir a melhor forma de trabalhar com as obras, levando em consideração a turma. "Existem 'n' usos possíveis. Porém o mais importante é partir daquilo que o estudante observa no mundo para os conteúdos do livro e não o contrário", aconselha.

Uma das sugestões da pesquisadora é trabalhar aspectos pouco explorados do material didático, como as ilustrações. "É muito difícil vermos as imagens presentes no livro sendo discutidas em classe. Se aquela figura está ali, ela provavelmente permite uma reflexão crítica", observa.

Outra indicação de Circe Bittencourt é o uso em sala de aula de dicionários e livros de literatura. "O aluno precisa ter contato com esse tipo de material para ganhar familiaridade, saber manusear", diz. Segundo a pesquisadora, o estudante necessita aprender coisas básicas, como o que é um índice e para que ele serve; o que é um autor; como fazer uma consulta ao dicionário. E isso ele só vai aprender com a prática. Ela acredita, ainda, que o papel da escola é atuar na formação de leitores. "Como a criança vai saber se gosta de ler se muitas vezes ela nunca teve acesso a um livro de literatura? Isso precisa ser incentivado em sala de aula", defende.

Democracia dirigida

Embora os objetos de estudo sejam levantados pelos próprios alunos, a professora Tânia Silva diz que costuma incentivar o interesse da turma por áreas que ela considera poderem render bons projetos. Foi assim na escolha da música clássica como tema. A educadora, que já havia trabalhado com os mesmos alunos no ano anterior, conta que levava músicas clássicas para a turma ouvir e isso despertou neles a vontade de voltar ao assunto este ano.

Outros temas, no entanto, surgem da curiosidade dos estudantes: "Eu nunca havia sugerido nada a respeito de corpo humano e, ainda assim, eles pediram que esse assunto fosse tratado." Para a professora, ao participar do processo de definição do programa a ser estudado, os alunos se sentem mais incentivados. "A gente trabalha temas com os quais eles já têm afinidade, o que facilita."

Interdisciplinaridade

Outro fator interessante em iniciativas como a empreendida por Tânia Silva é que elas permitem abordar conteúdos de várias disciplinas. "O tema da música clássica, por exemplo, eu trabalho em matemática, usando as escalas; em história, com pesquisas sobre a vida dos compositores; e em geografia, estudando os países onde esses grandes compositores viveram e por onde se apresentaram". Assim, ela contempla conteúdos que vão além dos propostos pelo livro.

A educadora busca, sempre que possível, aliar ao livro outras ferramentas didáticas. "Eu sempre procuro levar músicas, filmes e vídeos, até por causa dos assuntos escolhidos, que pedem esses recursos." Tânia Silva promove, também, com seus alunos, idas a museus, a concertos e outros tipos de passeios relacionados ao que é ensinado em classe. Neste ano, além da música clássica, os temas trabalhados pela professora são: cinema, corpo humano e meio ambiente.

Para Roxane Rojo, práticas como essa são uma tendência. "Já foi o tempo em que o livro sozinho resolvia. Hoje, ele não atende a uma série de demandas melhor supridas por outras tecnologias, que precisam ser levadas aos alunos", acredita.

Mas mesmo com as novas tecnologias em uso, Tânia Silva não abre mão de trabalhar com os livros. "Muitos dos meus alunos não têm praticamente contato nenhum com material de leitura. Nesse sentido, as obras cumprem um importante papel", ressalta.

Para acertar na escolha

Ilustrações, conteúdo, linguagem; conheça algumas características que determinam um bom livro (JULIANA AFONSO)

Os livros estão entre as principais ferramentas de trabalho do professor. Escolher bons exemplares é, portanto, essencial para o bom andamento das atividades em sala de aula. Mas há tantos... como escolher o ideal?

A principal dúvida dos professores recai sobre os livros didáticos. Isso porque ele é, em geral, o mais usado em classe. A pesquisadora do Ceale, Delaine Cafiero, recomenda que o professor atente para as atividades propostas nas obras. "Às vezes o livro declara, por exemplo, que vai considerar a variação linguística, mas, quando você vê os exercícios, isso não acontece", adverte. Outra questão importante que o livro deve incorporar é a relação entre conhecimento e vida prática. "Aprender a escrever textos não serve apenas para o professor saber que o aluno é capaz, mas, sim, porque se usam determinados textos socialmente", observa a pesquisadora. Para ela, o livro tem que fazer a ponte entre o que o aluno aprende na escola e o uso que ele faz disso no seu cotidiano.

Todas essas características são observadas na avaliação dos livros didáticos feita pelo MEC, dentro do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Delaine Cafiero, que é membro da equipe de coordenação do PNLD Língua Portuguesa, explica que "para um título ser bem avaliado, ele precisa estar de acordo com o edital que estabelece os critérios para a aprovação". Dentre os critérios, estão o respeito à diversidade étnica, regional, cultural, linguística e de gênero, tanto nos textos quanto nas imagens. A coleção também não deve apresentar erros conceituais.

CARA DE UM, FOCINHO DE OUTRO?

Uma das críticas aos programas do livro do MEC é que eles podem promover uma padronização. Para Delaine Cafiero, porém, isso não ocorre, já que o programa não escolhe coleções didáticas em função de uma única proposta teórico-metodológica. Hércules Corrêa considera que as editoras estão, sim, se especializando, mas isso não faz com que as obras se tornem iguais. "O PNBE considera 30 itens diferentes no processo de

avaliação. São características muito amplas para as editoras fazerem livros iguais." Com os dicionários, a situação é um pouco diferente. Orlene Carvalho lembra que esses materiais têm um formato muito bem delimitado do qual não há como se desviar muito. "As editoras, de certa forma, foram induzidas a fazer esses dicionários, mas acho que não há padronização. Tanto é que nós selecionamos 18 dicionários diferentes em 2006", conclui.

Era uma vez...

Livros que falem sobre um país muito distante ou que têm um compromisso com a realidade? Qual tipo seria ideal? Os dois, diz o pesquisador do Ceale, Hércules Corrêa: "na literatura, é interessante tanto aquilo que se aproxima da vida do leitor quanto o que se afasta".

É importante, então, ter um acervo que reflita essa diversidade característica da literatura, com livros de gêneros distintos (poesia, crônica, romance etc) e diferentes temáticas. Membro da equipe de coordenação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), do MEC, Hércules Corrêa diz que a preocupação é selecionar livros que privilegiem diferentes contextos, sempre em função de alguns critérios. Um deles diz respeito ao tratamento dado ao tema e ao texto: "as obras não podem ter preconceitos, moralismos e estereótipos, nem apresentar erros crassos de revisão ou impressão". Outro consiste em avaliar se o assunto e a linguagem do livro são adequados à faixa etária do aluno. Por fim, há o critério da qualidade gráfica.

Para Hércules Corrêa, a função principal dessas obras é a leitura literária que promova um envolvimento afetivo com a história. Segundo o pesquisador, atualmente, a escola tem pensado, mais do que nunca, em "usar" a literatura para discutir temas diversos, como meio ambiente e relações étnico-raciais. "Não que isso não possa ser feito, mas não podemos nos esquecer de que a literatura é, antes de tudo, uma forma de manifestação artística e sua função não é unicamente pragmática."

A palavra é: dicionário

Dar uma definição e pedir que os alunos encontrem o vocábulo correspondente. Essa é apenas uma das atividades que pode ser feita com o dicionário, em sala de aula. De acordo com a professora da Universidade de Brasília (UnB), Orlene Carvalho, "é importante que o professor proponha atividades para que os alunos entrem em contato com esse material". Ela ressalta que as diferentes faixas etárias devem ser consideradas: "não há como pegar os dicionários comuns e colocar na sala de aula como se fossem dicionários escolares. A criança não vai entender".

No PNLD Dicionário, os títulos são avaliados e divididos em três categorias: tipo 1, para crianças do 1º ao 3º ano do ensino fundamental (com cerca de 3 mil verbetes); tipo 2, destinado a alunos do 4º e 5º anos (com cerca de 10 mil verbetes); e tipo 3, para estudantes a partir do 6º ano (com mais de 19 mil verbetes). O primeiro, por servir a alunos em processo de alfabetização, deve ter palavras associadas ao mundo da criança, como os objetos da escola. Já o segundo inclui vocábulos mais complexos, associados às diferentes áreas de ensino, como ciências e geografia e, às vezes, até estrangeirismos comuns no cotidiano dos alunos, como *mouse* (utensílio do computador). O tipo 3 é bem mais próximo do dicionário comum, porém utiliza definições mais didáticas.

Coordenadora regional do PNLD Dicionário, em 2006, Orlene Carvalho explica que, para serem bem avaliados, os materiais devem apresentar, dentre outras características, boa definição das palavras e boas contextualizações. "É interessante para o aluno a presença de exemplos que o auxiliem na compreensão dos possíveis empregos de cada vocábulo." Outra característica importante são as ilustrações. "No caso da definição de uma planta que a criança não conhece, por exemplo, é difícil descrever, mas, se há uma ilustração, fica muito mais simples", diz a professora.



Avaliação, compra, distribuição e uso:

Obras didáticas, literárias e dicionários passam por rigoroso processo de seleção até chegarem às escolas, mas sua escolha pelos professores e seu uso em classe ainda geram dúvidas

(JULIANA AFONSO E SULAMARA MOREIRA)

Os livros didáticos têm sua origem muito colada ao início da cultura escolar ocidental. Embora sem uma data precisa, sabe-se que surgiram para complementar os livros clássicos usados em meados do século XV. (ver matéria na página 5) De acordo com a professora de história da Universidade de São Paulo, Circe Bittencourt, o Brasil é um dos poucos países com registros datados sobre isso. "Os primeiros livros chegam aqui em 1808, com a Imprensa Régia trazida por Dom João VI. Nessa época foi criada a primeira Escola Militar do país e os livros passaram a ser produzidos para servir a essa instituição", diz.

Ela ressalta que, embora produzidas no Brasil, o modelo pedagógico e ideológico dessas obras era francês. "Nessa primeira fase, a maioria dos livros são simples traduções ou adaptações. Não se discutia uma identidade nacional, a ideia era reproduzir a identidade europeia branca, civilizada e cristã", afirma a professora.

Em 1929, o governo criou o Instituto Nacional do Livro, órgão específico para gerir a política do livro didático. A partir do governo Getúlio Vargas (1930 – 1945), a avaliação desses materiais foi institucionalizada. Mas antes mesmo dessa época, as obras já passavam por conselhos avaliativos criados em meados de 1840. "O livro didático sempre foi vigiado, ele não circulava sem autorização", explica Circe Bittencourt.

Entretanto, para a professora da Universidade Estadual de Campinas, Roxane Rojo, essa avaliação tinha forte caráter ideológico: "muitas vezes, se queria fazer propaganda para o governo dentro dos materiais". O formato atual desses livros só começou a tomar corpo entre as décadas de 1950 e 1960. "No início, era bem simples, um livro com texto e exercícios," diz.

Processo completo

Até então, os programas dos livros didáticos focavam a produção e a tradução dos materiais. Só nas décadas de 1960 e 1970, a partir de acordos internacionais, o governo brasileiro começou a adquirir e distribuir livros para as escolas. Em 1985, com o Decreto nº 91.542, surge o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que vigora até hoje. Esse novo sistema trouxe várias mudanças, entre elas: a escolha do livro didático pelos professores, a reutilização do livro e o fim do aporte de recursos dos Estados para a compra (os materiais passaram a ser adquiridos exclusivamente pelo governo federal). "A partir dos anos 1990, o MEC instituiu uma sistemática de seleção de obras com vistas à aquisição e envio para todas as escolas públicas", afirma o diretor de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologias para a Educação Básica, Marcelo Soares.

De lá para cá, o PNLD foi sendo refinado. Hoje, o programa tem dois princípios básicos: o da universalidade, ou seja, atendimento a todas as áreas e distribuição para todas as escolas públicas do país; e o princípio da liberdade de escolha pelo professor. Para a coordenadora-geral dos programas do livro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), Sonia Schwartz, "a evolução fundamental se deu em 1996, quando o PNLD começou a considerar o conteúdo dos livros". Nesse ano, houve a primeira avaliação completa, com princípios e critérios definidos para cada área específica.

A partir da 4ª avaliação, o processo foi descentralizado e ficou a cargo de algumas universidades. Em paralelo, o MEC instituiu uma comissão técnica, com um especialista de cada área para planejar e supervisionar toda a avaliação. Para o professor Egon Rangel, membro da comissão técnica do PNLD desde 1996, essa descentralização foi "a mudança mais significativa até agora".

Enquanto isso, na sala de aula...

Até 1996, os professores escolhiam os livros didáticos mediante uma lista enviada às escolas com as obras inscritas pelas editoras. "A ideia de avaliar e só permitir que o professor escolhesse um livro que houvesse sido aprovado começou em 1993, mas isso só se sistematizou três anos depois", diz Egon Rangel. É quando surge o Guia do Livro Didático.

O Guia traz um conjunto de resenhas das obras aprovadas, destacando os pontos fortes e os pontos fracos da coleção, ou seja, o que ela faz bem e em que aspectos inspira cuidados caso o professor opte por ela. Quanto às obras reprovadas, é elaborado um parecer sobre cada uma, justificando sua exclusão para a editora responsável.

Mas e depois que os livros chegam à sala de aula, como usá-los de modo adequado? "Eu acho problemático quando o livro didático se torna a aula do professor", critica Circe Bittencourt. Segundo a professora, ele é uma ferramenta útil, pois sintetiza e organiza o que está no programa curricular. O problema é quando o docente domina pouco o conteúdo e não consegue se descolar do material.

Para Roxane Rojo, contudo, o uso estrito do livro não se dá como muitos pensam. "Há um consenso forjado de que o professor orienta suas aulas pelos livros. Em disciplinas como matemática, há sim uma utilização mais constante por causa dos exercícios. De qualquer forma, quem deu a aula foi o professor, ela não está no livro", diz. Ela acredita que o uso depende muito do livro escolhido, da formação do professor e de sua prática em sala de aula.

O membro da comissão técnica do PNLD, Egon Rangel, defende que haja uma política de acompanhamento do uso do livro ao longo do ano. "Assim, seria possível ter uma ideia de como o professor faz: se segue o livro de cabo a rabo, se seleciona atividades, se alterna o uso com outras ferramentas", diz. O PNLD também não prevê a capacitação do professor para o uso do livro didático. Essa preocupação é ainda maior quando se trata do programa, mais recente, voltado para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC. De acordo com a coordenadora-geral de Formação e Leitura da Diretoria de Políticas Públicas de EJA da Secad, Carmen Gatto, estão sendo realizadas reuniões com as instituições do programa Brasil Alfabetizado sobre a necessidade de se abordar o uso do livro didático na formação inicial e continuada dos alfabetizadores.

Mas e aí, como usar?

Não há uma regra definida sobre o melhor uso dos livros em classe, mas os professores podem se valer de algumas estratégias para tornar as aulas mais atraentes. Uma alternativa interessante é articular o livro didático com atividades fora de sala de aula. "Se a escola faz uma excursão para Ouro Preto, por exemplo, você parte do que o aluno viu na excursão para trabalhar com o conteúdo do livro didático", sugere Circe Bittencourt. O objeto de estudo vem do mundo para o livro e não o contrário. Assim, o mesmo conteúdo pode ser trabalhado em várias disciplinas simultaneamente. (ver matéria na página 6)

Outra sugestão é a de complementar a aula com materiais diferentes, como filmes, músicas e jornais. A pesquisadora Roxane Rojo propõe que o professor use o livro articulando seu planejamento com o conhecimento que tem da turma. "O docente deve selecionar, ampliar ou saltar conteúdos de acordo com o que ele avalia ser interessante", recomenda. Ela diz que a

a trajetória dos livros até a sala de aula

grande vantagem do livro é que ele traz textos que o aluno leva para casa, além de atividades que podem ser bem interessantes.

A pesquisadora Circe Bittencourt ressalta a importância do uso do livro para a formação de leitores principalmente em contextos sociais sem hábito de leitura. Muitas vezes, a sala de aula é o único lugar onde o aluno tem contato com esse objeto cultural tão significativo."

Os professores devem estar preparados também para as dificuldades que surgem em sala de aula. "Não existe livro didático completo, o professor sempre vai ter que complementar algum conteúdo, cortar outro", diz Carmen Gatto. É preciso estar atento, ainda, à linguagem empregada nos materiais. Segundo a pesquisadora Circe Bittencourt, muitos deles adotam uma forma muito simplista para facilitar o entendimento dos estudantes. "Eu sou contra a vulgarização da linguagem no livro didático. O aluno precisa dominar um palavreado que faz parte do universo científico e a escola está aí para isso", defende.

Outra questão muito discutida é a necessidade de que os livros didáticos abordem aspectos regionais, já que os programas atendem escolas de todo o país. A professora Elisângela Aleixo, diretora do Centro de Educação Básica Municipal Maria Honorato de Campos, de Nobres (MT), porém, vê falhas nessa questão. "Muitas coisas que poderíamos focar não estão nos livros didáticos. A gente acaba tendo que fazer o material por conta própria", critica.

Segundo Egon Rangel, uma das causas desse problema é que as editoras que inscrevem livros nos programas do MEC são, em sua maioria, da região centro-sul do país. "O ponto de vista que predomina é o da classe média urbana dessa região. Outras realidades, como a do campo, aparecem pouco." Marcelo Soares aponta ainda outra dificuldade: o baixo número de publicações sobre história regional no país.

Literatura na sala de aula

Se o uso do livro didático em sala de aula gera grandes discussões, elas são ainda maiores quando se trata de obras literárias, material não concebido para esse fim. Para a professora Roxane Rojo, a leitura deve servir, essencialmente, para apreciação ou fruição estética. Já a professora Circe Bittencourt crê que há formas de se trabalhar a literatura em classe de modo a interessar aos alunos. "Não concordo com o argumento de não se usar literatura na sala de aula por sua leitura ser essencialmente estética. Se fosse assim não poderíamos usar o cinema ou a música", acredita.

Ainda de acordo com Roxane Rojo, formar leitores nas escolas ainda é problemático, principalmente, porque os textos são tratados de modo insuficiente e muito pragmático. "O livro de literatura entra mais intensamente só no ensino médio. Até a 7ª série, você fica nas narrativas de aventura e nos poeminhas infantis. Depois entra algum cronista, mas nada muito além disso", critica.

Assim como os livros didáticos, as obras literárias também passam por rigoroso processo de seleção até chegarem às escolas. Criado pelo MEC em 1998, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) visa facilitar o acesso à literatura e possui um processo muito parecido com o do PNLD. A diferença é que os livros enviados às bibliotecas escolares não são escolhidos pelos professores.

O pesquisador do Ceale, Hércules Correa, membro da equipe de coordenação do PNBE, explica que as obras são selecionadas com base em três critérios: qualidade textual, qualidade temática e qualidade gráfica. É importante também que os livros abordem diferentes contextos. (ver matéria na página 5)

O PNBE é anual. Após a divulgação do edital, no mês de março, as editoras inscrevem seus livros, que são avaliados, selecionados e enviados às bibliotecas escolares no início do ano seguinte. Cada escola recebe um conjunto de dois lotes de 30 livros cada.

Encarando os problemas

Além das questões pedagógicas, existem problemas operacionais. Um deles é a relação entre escolas e editoras. A professora Alessandra Buarque, da Escola Estadual Professor Guedes de Miranda, em Porto Calvo (AL), diz que, muitas vezes, as editoras chegam à escola antes do Guia do Livro Didático: "eles não ficam aqui, mas trazem seus livros para darmos uma olhada". Desde o último PNLD, o Ministério da Educação proíbe as editoras de visitar ou oferecer qualquer material às escolas, mesmo pelo correio. Caso isso ocorra, elas podem ser denunciadas ao MEC.

Outra reclamação recorrente é que o livro enviado às escolas nem sempre corresponde à primeira opção dos docentes. "Quando pedimos um livro X e, sem nenhuma justificativa, recebemos um livro Y, ficamos muito frustrados", queixa-se o professor Edilson de Souza, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cel. Jacob Guilherme Frantz, de São João do Rio Peixe (PB). Sonia Schwartz explica que o PNLD determina que cada escola indique duas obras diferentes para cada disciplina. Recebidos os formulários com as indicações das escolas, o MEC negocia a compra com as editoras. "Nós adquirimos, prioritariamente, a primeira opção. Caso a editora não preencha algum requisito, não tenha algum documento ou não feche o preço negociado, compramos a segunda opção. Mas só em último caso", esclarece a coordenadora-geral. Para evitar contratemplos, Egon Rangel sugere que os professores façam duas escolhas igualmente válidas.

O envio de obras diferentes das indicadas pelos professores ocorre também porque, embora seja um direito, a liberdade de escolha dos docentes nem sempre é garantida. Isso porque, muitas vezes, o pedido ao MEC é formulado pelos diretores ou pelas secretarias de educação, que optam por solicitar uma mesma obra para todas as instituições. "A ideia é facilitar o remanejamento entre as escolas do município, ter mais controle da distribuição e do que acontece em cada disciplina", diz Egon Rangel. Sonia Schwartz ressalta, ainda, que há um número muito grande de erros no preenchimento de formulários enviados pelas escolas. "Às vezes, ela não recebe o livro que escolheu porque o formulário chegou fora do prazo ou foi preenchido de forma errada. Nesse caso, é enviado o mais escolhido por município."

O número de livros por escola é outro ponto de discussão. A também professora da E.E.E.F.M. Cel. Jacob Guilherme Frantz, Carmelita Dantas, reclama que, muitas vezes, "os livros didáticos não chegam em quantidade suficiente para atender a demanda de alunos". De acordo com Sônia Schwartz, o número de exemplares enviado às instituições é definido por uma projeção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com base no Censo Escolar do ano anterior à realização do programa. "Pode até haver uma margem de erro, mas ela tem se mostrado pequena", diz. Ela ressalta que, além dos exemplares que seguem para os alunos, 3% dos livros comprados para cada Estado vão para as secretarias estaduais de Educação ou para as regionais de ensino como reserva técnica.

»»» Ensino médio

A princípio, apenas livros de matemática e de português eram avaliados pelo PNLD. Posteriormente, o programa foi ampliado para as demais disciplinas. Outra mudança foi quanto à idade escolar atendida: em um primeiro momento, eram priorizadas as séries iniciais do ensino fundamental, exatamente pela preocupação com o ensino da língua portuguesa e a alfabetização. Aos poucos, porém, o programa foi ampliado para todos os anos escolares.

A primeira aquisição de livros para as séries finais pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), se deu em 2005 e limitou-se a obras de português e matemática. Em 2007, também foram selecionados livros de química, física e biologia. E, em seguida, os de geografia e história foram incluídos.

Tal como o PNLD, as edições do PNLEM ocorrem de três em três anos. Ao final do terceiro ano, o MEC realiza uma nova chamada pública por meio de edital. "Em 2009, começaram a ser enviados os livros avaliados em 2007, que serão usados até 2011. Em 2010, vamos começar a analisar os materiais que vão chegar às escolas em 2012 e, assim, sucessivamente", explica o diretor de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologias para a Educação Básica, Marcelo Soares.

destina a uma faixa etária específica e apresenta diferenças de linguagem, vocabulário, ilustrações, entre outros aspectos. "O que não queremos é pegar o dicionário comum e colocar na sala de aula. Os dicionários escolares são diferentes", defende a professora da Universidade de Brasília, Orlene Carvalho. Coordenadora regional em Brasília do PNLD Dicionário, em 2006, ela diz que, hoje, o maior desafio do programa é ter obras cada vez mais adequadas às faixas etárias e professores que saibam usá-las em classe. Cada escola recebeu dois acervos, cada um com nove dicionários. Em 2006, foram distribuídos 766,3 mil acervos em todo o país.

Uma novidade para o PNLD 2010 é a distribuição de obras complementares. A professora da Universidade Federal de Pernambuco, Telma Ferraz, define esses materiais como "livros de diferentes áreas de conhecimento que abordam diferentes temas, como livros de receitas para trabalhar medidas na matemática ou um livro de biografias para trabalhar na disciplina de artes". Cada escola receberá cinco acervos com 30 livros cada, além de um manual com algumas dicas sobre como usá-los.

»»» EJA

O Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) é o mais recente sistema de avaliação de livros do MEC. Diferentemente do PNLD, do PNBE e do PNLEM, de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica, o PNLA é desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad).

A primeira avaliação desses materiais, em 2007, foi coordenada pela Universidade Federal de Pernambuco. Assim como no PNLD, um guia também foi produzido e distribuído às escolas, para que os professores escolhessem os exemplares mais adequados à proposta pedagógica que iriam trabalhar. Naquele ano, a distribuição de obras alcançou somente as turmas do primeiro segmento (alfabetização) de EJA das entidades parceiras do Brasil Alfabetizado.

Em 2009, a segunda edição do PNLA atendeu, além das entidades parceiras, todas as escolas públicas com turmas de alfabetização de EJA. "Este ano abrimos somente um termo de adesão para as instituições que gostariam de participar e elas receberam o livro mais escolhido da região em 2007/2008", relata a coordenadora-geral de Formação e Leitura da Diretoria de Políticas Públicas de EJA da Secad, Carmen Gatto.

»»» Dicionários e obras complementares

Para ampliar ainda mais as possibilidades de leitura e aprendizagem dos alunos, os materiais enviados às escolas vêm se diversificando. Em 2001 os dicionários foram incluídos no PNLD pela primeira vez. A medida se repetiu em 2004 e, em 2006, foi criado o PNLD Dicionário, especificamente para atender a essa demanda.

Durante a avaliação, os dicionários são divididos em três tipos. Cada um deles se

»»» Erros e polêmicas

Há algum tempo, foi destaque na mídia o caso de material didático com erros distribuído em escolas públicas de São Paulo. No mapa da América do Sul de uma apostila, a Venezuela era identificada como Paraguai. O membro da comissão técnica do PNLD, Egon Rangel, afirma que esse material não foi avaliado pelo programa. "Esse erro apareceu em apostilas produzidas pelas secretarias de Educação do Estado de São Paulo. É um material oficial, mas não é livro didático comercial, não foi avaliado pelo MEC". Ele explica que, no caso, o erro foi de revisão, não de concepção do material.

Egon Rangel diz que a maior parte das reclamações ao PNLD é relativa a possíveis referências preconceituosas ou ideológicas em livros aprovados. Ele observa que, muitas vezes, o que ocorre são discordâncias quanto aos critérios do MEC, não significando que haja erro de avaliação.

Foi o caso de recente polêmica a propósito do livro *Um Contrato com Deus – e Outras Histórias de Cortiço*, do americano Will Eisner. Avaliada pelo PNBE e distribuída para as escolas, a obra foi considerada imprópria por algumas instituições de ensino por conter violência, sexo e pedofilia. No Paraná, uma ação junto ao Ministério Público requereu a exclusão do livro de todas as bibliotecas das escolas estaduais.

Diretor de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologias para a Educação Básica do MEC, Marcelo Soares explica que os livros avaliados pelo PNBE são adequados à faixa etária para a qual são selecionados. Cabe às escolas organizar sua biblioteca de modo que os alunos sejam orientados, pela equipe de professores, bibliotecários ou auxiliares, sobre os livros que querem ler. "Em casos de obras de literatura, qualquer tipo de patrulhamento e controle ideológico é prejudicial ao desenvolvimento cultural, científico e da própria arte e cultura brasileira", afirma. Ele adverte que "há o risco de clássicos da literatura brasileira, como Manuel Bandeira, serem retirados das bibliotecas, uma vez que muitas dessas obras abordam temáticas e utilizam formulações de textos que podem vir a ser consideradas inadequadas para o desenvolvimento cultural da nossa sociedade".

O CAMINHO DO LIVRO DIDÁTICO

Disponibilizado no www.fnde.gov.br



Inscrição das editoras

Instituto de Pesquisas Tecnológicas

Lá, são verificadas: adequação ao edital, durabilidade das obras, número correto de páginas etc.



SEB

Secretaria de Educação Básica
Pré-análise das obras.

Universidades

Especialistas avaliam o conteúdo dos livros e alguns são excluídos.



Guia do Livro Didático

Material contendo resenhas das obras analisadas é enviado às escolas e disponibilizado na internet.

Escolha

Com base no Guia, os professores indicam dois livros de cada disciplina e registram sua escolha no site do FNDE.

FNDE



Compra e entrega

Os livros são entregues pelas editoras diretamente às escolas antes do início do ano letivo.



CADA UM A SUA MANEIRA

Os livros de cada disciplina são avaliados com base em critérios específicos:

Português: a avaliação teve início em 1996 e é feita pela Universidade Federal de Minas Gerais. Entre outros critérios, os livros dessa área devem promover a aquisição pelos alunos de regras linguísticas e propor atividades para a compreensão e produção de textos de gêneros diversificados.

Matemática: também começou em 1996. Para o PNLD 2010, a avaliação será feita pela Universidade Federal de Pernambuco. Um dos pontos avaliados é se as obras propõem conexões entre a matemática e outras áreas e a interpretação matemática de situações do dia a dia.

Ciências: começa a fazer parte do PNLD em 1996. O professor da Fundação Universidade do Rio Grande e avaliador do PNLD, Roque Morais, defende que o professor deveria dar mais atenção à pesquisa e experimentação, apesar de não ser o foco dos livros didáticos. No PNLD 2010, a Universidade Federal de São Carlos (SP) será responsável pela avaliação.

Geografia: início em 1999 (antes a geografia era avaliada em livros de estudos sociais). Segundo a professora do departamento de Geografia da PUC-SP e membro da comissão técnica do PNLD, Marisia Buitoni, os livros devem levar o aluno a analisar a realidade e perceber diferenças e semelhanças entre as sociedades. Em 2010, a avaliação será feita pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

História: início em 1997. Entre outros critérios, as obras devem compreender a escrita da história como um processo social e cientificamente produzido, além de estimular o reconhecimento da diferença, mostrando experiências humanas anteriores, explica a membro da comissão técnica do PNLD, Margarida de Oliveira. Em 2010, a avaliação estará a cargo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PNLD em números

2007 (livros distribuídos em 2008)

Livros adquiridos - 110,2 milhões
Alunos atendidos - 13,4 milhões
Investimento - R\$ 559,7 milhões

2008 (livros distribuídos em 2009)

Livros adquiridos - 60,5 milhões
Alunos atendidos - 31,1 milhões
Investimento - R\$ 302,6 milhões

Números previstos para 2009 (livros a serem distribuídos em 2010)

Livros adquiridos - 60,5 milhões
Alunos atendidos - não há o número exato
Investimento - R\$ 507,6 milhões

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC)



O professor quer saber

"Por que o livro atrasa?", "por que não veio o que selecionamos?" ou "por que não recebemos a quantidade suficiente de exemplares?": essas são perguntas ainda frequentes em muitas escolas do país, feitas por docentes sobre os programas do livro do MEC, mais de duas décadas depois de lançados, em 1985. Para esclarecer essas e outras questões, nesta edição do *Letra A* entrevistamos a coordenadora-geral de Materiais Didáticos da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), Jane Cristina da Silva. As perguntas foram elaboradas por professores de escolas públicas

de oito estados brasileiros, contemplando quatro regiões distintas do país. Assim, foi possível perceber os problemas, comuns e específicos, surgidos na prática dos docentes. Por escolha aleatória, as instituições foram convidadas pelo *Letra A* para contribuir na formulação das questões. Na entrevista, Jane Cristina da Silva destaca a importância de se ler o Guia do Livro Didático antes da escolha das obras pelos professores. Ela ressalta ainda que, mesmo extremamente importantes, "os livros didáticos são instrumentos de apoio ao trabalho do professor, que tem autonomia para decidir a melhor forma de trabalhar com seus alunos". (ALINE DINIZ)

Quais os critérios usados na seleção dos livros de alfabetização indicados pelo Guia do professor? São contemplados, por exemplo, aspectos como a história da escrita e os tipos de letras usuais? (Jucélia Roriz - E. M. Esmênio de Almeida Vidigal, Serra, ES)

Há critérios comuns, como a correção dos conceitos e informações básicas, coerência metodológica, ausência de preconceitos e observância dos preceitos legais. Levam-se em conta, ainda, a qualidade e a diversidade das atividades de leitura e compreensão, de produção escrita e de produção e compreensão oral em situações contextualizadas de uso. A seleção dos conteúdos é observada em função da "organização de práticas pertinentes e adequadas de letramento, que levem o aluno a conviver com diferentes funções da escrita e a reconhecer e assimilar características, instrumentos e recursos próprios da cultura da escrita; a compreensão dos princípios que regulam a escrita alfabética, por meio de atividades de análise e reflexão sobre as propriedades sonoras da fala e sua relação com os recursos gráficos da escrita; o desenvolvimento da fluência na leitura e na escrita". (edital do PNLD/2010).

Ao escolhermos um livro, preocupamo-nos, primeiro, em analisar se os conteúdos estão de acordo com o currículo. Estamos corretos? (Denise de Oliveira e Valquíria Bach - E. M. Mirazinha Braga, Lapa, PR)

Esse é um aspecto muito importante: o livro deve adequar-se ao projeto político-pedagógico e atender, dentro do possível, às demandas curriculares de cada realidade. No entanto, há outros fatores a serem considerados, como a avaliação das obras usadas em anos anteriores. Vale a pena ler com atenção a introdução do Guia do Livro Didático que apresenta algumas reflexões sobre a escolha e sugestões de organização desse trabalho.

Como proceder para adotar um livro que atenda currículo e projeto pedagógico, seja atrativo, com linguagem acessível e atividades ricas e contextualizadas? (Noily Wolf e Jucelia Guterville - E. M. Mirazinha Braga, Lapa, PR)

O primeiro passo é saber os objetivos a serem alcançados. Depois, ler as resenhas do Guia para conhecer os aspectos considerados importantes pelos avaliadores. As resenhas apontam aspectos como: adequação da linguagem, conteúdo abordado, tipo de atividade, entre outros. Na introdução de cada volume, há orientações sobre as coleções que compõem o Guia e suas características básicas.

Muitos livros de língua portuguesa recomendados pelo PNLD ainda dão muita importância à gramática tradicional. Há alguma ação por parte dos avaliadores no sentido de buscar edições mais atuais, prevendo-se, inclusive, as mudanças propostas para o ENEM e para o ensino médio? (Roselane da Rocha - Colégio Estadual Oliveira Botelho, Resende, RJ)

Essa preocupação consta do edital de convocação, explicitando-se os critérios de avaliação e o tipo de obra que se espera.



É difícil optar por um livro sem conhecer seus textos, a estrutura, os exercícios e o nível de exigência. Como resolver esse problema, já que só recebemos amostras de duas editoras? (Rosalba Frata - E. E. de Educação Básica Casemiro de Abreu, Caseiros, RS)

O ideal é que fosse possível o acesso a todos os títulos indicados no Guia, no entanto, nem todas as editoras têm condições de divulgar suas obras assim. Tampouco o MEC teria recursos para enviar um exemplar de cada obra selecionada para as escolas. Sugiro que os professores, após lerem o Guia, procurem nas livrarias os títulos que mais lhes interessem para conhecê-los de perto, sem comprá-los. É importante, também, avaliar livros já utilizados para verificar em que medida essas obras atenderam ou não às expectativas da escola.

O livro usado pela escola para o 6º ano fundamental não traz a matéria correspondente ao Currículo Básico Comum, adotado nas escolas mineiras. Isso inviabiliza o trabalho, já que a escola pública não possui outros recursos. O que o professor pode fazer para lecionar o conteúdo indicado? (Fabiane Santana - E. E. José Maria Bicalho, Santa Luzia, MG)

O MEC explicita, no edital de convocação, os tipos de obras que espera que sejam inscritas no PNLD. Assim, as editoras podem saber, com bastante antecedência, o que deverão privilegiar na produção. No entanto, é preciso ter a clareza de que os livros didáticos são instrumentos de apoio ao trabalho do professor, que tem autonomia para decidir o melhor modo de trabalhar, em razão dos objetivos a serem alcançados.

Os atuais livros didáticos ainda são voltados ao tradicional vestibular, com questões cuja solução exige apenas simples resumos e que têm contextualização muito pobre. Como mudar esse panorama, já que o ENEM é diferenciado do vestibular? (Fernando Reis - Unidade Escolar Zacarias de Góis, Teresina, PI)

Ressalto mais uma vez que o livro didático é um apoio ao trabalho em sala de aula. Não deve ser visto como guia do conteúdo. A autonomia do professor deve prevalecer e outras formas de trabalho devem ser consideradas, como pesquisas em bibliotecas (na escola ou não) e o uso de obras literárias, jornais, revistas e outros materiais que enriqueçam as aulas.

Há a possibilidade de desenvolver, em parceria com as redes municipais e/ou estaduais de ensino e com as editoras das obras recomendadas, capacitações que visem preparar os professores para a avaliação e a escolha dos livros? (Roselane da Rocha - Colégio Estadual Oliveira Botelho, Resende, RJ)

No primeiro semestre de 2009, O MEC realizou, com participação das secretarias municipais de educação, seminários regionais, em Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, sobre a importância da escolha. Uma formação mais específica deve ser feita pelas secretarias municipais de educação, com o apoio do MEC. Já a participação das editoras não é desejável, já que nem todas teriam condições para isso, gerando uma concentração da escolha em torno de poucas delas, o que é desaconselhável.

Os livros de geografia e história não contemplam o regionalismo. O que fazer? (Cláudia Gadelha - E. M. José Ruy da Silveira Lino, Brasília, AC)

As editoras nem sempre inscrevem no PNLD obras com conteúdos regionais para todos os estados. Ao lado disso, muitas obras inscritas contêm erros conceituais, incoerências ou preconceitos que inviabilizam sua recomendação. É preciso que a escola busque alternativas. O próprio município pode, por exemplo, adquirir obras de cunho regional, cabendo a análise, nesse caso, ao município e aos professores.

A chegada dos livros na região norte costuma demorar demais. Por que isso acontece? Há algo sendo feito para agilizar esse processo? (Cláudia Gadelha - E. M. José Ruy da Silveira Lino, Brasília, AC)

A distribuição das obras demanda logística bastante complexa para atender a todas as escolas brasileiras, muitas delas em locais de difícil acesso. O empenho do MEC é para que os livros cheguem às escolas antes do início das aulas. Para isso, há um contrato com os Correios, que têm as condições para executar esse trabalho. No entanto, com a distância e o acesso difícil a algumas localidades, a chegada dos livros a algumas escolas pode demorar um pouco mais.

Foto: Fabiana Gomes



JANE CRISTINA DA SILVA - Coordenadora-geral de Materiais Didáticos da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação



Por que os livros não vêm em quantidade suficiente para atender a todo o alunado e ao quadro de professores? (Carmelita Varelo Dantas - E. E. E. F. M. Cel. Jacob Guilherme Frantz, São João do Rio Peixe, PB)

A quantidade de livros é calculada com base no censo escolar. Como sempre há mudanças de alunos e novas turmas são abertas, entre outras alterações no ambiente escolar, nem sempre os dados do censo refletem a realidade na época da distribuição. Para resolver isso, o FNDE implantou o SISCORT, um sistema de remanejamento de obras. Mais informações sobre o sistema podem ser obtidas no *site*: www.fnde.gov.br.

Muitas vezes, os livros que chegam não são os escolhidos. Por que a escolha dos docentes não é respeitada? (Iara Lima - Unidade Escolar Zacarias de Góis, Teresina, PI)

A escolha deve obedecer prazos estabelecidos. Muitas vezes, ela não é feita em tempo hábil. Então, para que a escola não fique sem livros, são enviados os mais escolhidos pelo estado. A partir do PNLD 2010, contudo, será mais fácil localizar esse problema, pois as escolas deverão fazer uma ata de reunião, assinada pelos professores, com os títulos escolhidos, registrando, assim, o resultado da escolha.

São realizadas pesquisas para a avaliação dos livros recebidos e usados em sala de aula? (Jucélia Roriz - E. M. Esmênio de Almeida Vidiqal Serra, ES)

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) realiza um monitoramento dos livros distribuídos às escolas para verificar o uso desse material. Além disso, cabe às secretarias municipais acompanhar a utilização dessas obras. O MEC sugere, no Guia do Livro Didático, que os próprios professores realizem a avaliação dos materiais usados como forma de garantir uma escolha mais consistente.

Além dos livros para a biblioteca, seria importante que obras de literatura avaliadas no PNBE fossem doadas aos alunos, formando uma espécie de "sacola literária". Há essa possibilidade? (Jucélia Roriz - E. M. Esmênio de Almeida Vidiqal Serra, ES)

Isso já foi feito, de 2000 a 2003. Foram distribuídas as coleções *Literatura em minha Casa* e *Palavra da Gente*. Infelizmente, a distribuição é cara impossibilitando as duas ações simultâneas – livros para bibliotecas e para alunos. Além disso, uma pesquisa realizada em 2004 constatou que a distribuição para alunos não é tão eficaz, quanto ao alcance do livro (número de pessoas com acesso à obra), como a distribuição às bibliotecas escolares.

Durante o processo de escolha dos livros de literatura, houve problemas, como o congestionamento no *site* do programa e alterações nas senhas de acesso. Isso impediu-nos de escolher obras para nossa biblioteca com a consequência de não recebermos os livros. O que fazer, já que não fomos responsáveis pelos problemas? (Cláudia Gadelha - E. M. José Ruy da Silveira Lino, Brasília, AC)

Os livros de literatura não são escolhidos pelas escolas, isso só é feito no âmbito do PNLD. Nesse caso, é preciso entrar em contato com o FNDE para que se busque uma solução, já que o sistema de escolha via internet é de responsabilidade desse órgão.

Nossa escola recebeu a obra *Um contrato com Deus e Outras Histórias de Cortiço*, de Will Eisner. A meu ver, verdadeira aberração aos valores que procuramos ensinar na escola. Como e por quem é feita a escolha desses livros? Como eles poderiam contribuir para a formação dos estudantes? (E. E. de Educação Básica Casemiro de Abreu, Caseiros, RS)

A seleção das obras de literatura para o PNBE é feita por profissionais de várias universidades, altamente especializados em letras e educação. Will Eisner é um autor consagrado. Sua obra deu origem ao gênero romance gráfico, que tem inspirado muitas outras obras no mundo inteiro. Pelo reconhecimento que obteve em todas as línguas para as quais foi traduzido, sugerimos a leitura cuidadosa do livro antes de considerá-lo inadequado para os alunos. É importante lembrar que se deve considerar, nas obras literárias, não só o tema que abordam, mas o modo como o fazem. Recomendamos, sempre, a leitura atenta de toda a obra e não apenas de trechos retirados do contexto, o que desvirtua qualquer leitura consistente. Estupro, pedofilia, fratricídios, violência, alcoolismo e incesto, por exemplo, são temas presentes até na Bíblia. Ler o livro de Eisner sem ideias pré-concebidas talvez seja um modo saudável de trazer tais questões para a sala de aula, discuti-las e compreendê-las sob a orientação docente. O professor de português ou literatura pode, por exemplo, fazer um estudo comparativo com outras obras importantes, como *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo.



Em Destaque

Educação e Pesquisa - Cecília Cavaliéri França. Coleção **Maria Fumaça, Vol. 1. 2008**. Para quem se interessa pela história do livro didático, vale a pena ler esta edição de dezembro de 2004 da revista *Educação e Pesquisa*, da Faculdade de Educação da USP. A publicação traz textos de estudiosos, de várias áreas, que discutem a memória do livro didático no Brasil, entre eles, a pesquisadora Circe Bittencourt.

Site – www.scielo.br

Guia do livro didático - Muito mais do que auxiliar o professor na escolha do livro didático, o guia distribuído pelo Ministério da Educação indica alternativas para o trabalho com o livro didático em sala de aula. O guia traz resenhas produzidas por pesquisadores de várias universidades do país apontando as potencialidades e as falhas de cada livro avaliado. Assim, o professor pode verificar o que é interessante de se abordar em cada obra e que conteúdos precisarão ser complementados.

Site – www.fnde.gov.br

Livros de alfabetização e de português: os professores e suas escolhas – Antônio Augusto Gomes Batista e Maria da Graça Costa Val (orgs.). Ed. Autêntica, 2004 - Coletânea de artigos que discutem a escolha de livros didáticos de língua portuguesa (de 1ª a 4ª séries) e alfabetização pelos professores das escolas públicas de todo país. Os seis estudos reunidos nesta obra contribuem para elucidar muitas e intrigantes questões suscitadas durante esse processo. As respostas delineadas caracterizam novos desafios e demandam novos encaminhamentos das políticas públicas na área da educação.

Tipografia

Tipografia popular: potências do ilegível na experiência do cotidiano - Bruno Guimarães Martins. Ed. ANNABLUME, 2007. Destacar o lugar da tipografia popular no cotidiano e chamar a atenção sobre seu potencial para estimular a criatividade do leitor são alguns dos propósitos do professor da UFMG nesse livro. O autor analisa, ao longo das 144 páginas da obra, dez imagens da tipografia popular, investigando como a atenção do leitor desses textos se volta para a materialidade dos caracteres excêntricos e irregulares.

Livro na Roda

Literatura na infância: imagens e palavras - Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2008. Com o 1º PNBE para a Educação Infantil, em 2008, foi criado o primeiro guia sobre os livros de literatura selecionados pelo programa. O objetivo do catálogo é mostrar os livros selecionados para os acervos das escolas naquele ano e como o professor pode trabalhar com eles em sala de aula. O guia é dividido em duas partes. A primeira traz dados históricos do PNBE, mostra como é o processo de avaliação dos livros de literatura e expõe alguns dos critérios de seleção. A segunda, por sua vez, traz fotos e uma resenha sobre cada título, mostrando os pontos mais interessantes. O catálogo pode ser acessado pela internet, no Portal do MEC.

Site: www.mec.gov.br

Dicionários em sala de aula: como aproveitá-los bem – In: **Guilherme Fromm e Maria Célia Lima Hernandes. (orgs.). Domínios de Linguagem III: Práticas Pedagógicas. Ed. Plêiade, 2003**. Texto publicado na revista *on-line* especializada em linguística, *Domínios de Linguagem*. O artigo traz reflexões do autor acerca das possibilidades de uso do dicionário e faz sugestões para que o professor possa aproveitá-lo melhor em sala de aula. A revista pode ser acessada pela internet.

<http://aurelio.ig.com.br> - O site disponibiliza um manual sobre o uso do dicionário, além de uma explicação detalhada da estrutura de um verbete. Há, ainda, nesta página eletrônica, um material preparado especialmente para professores, com sugestões de trabalhos com o dicionário em sala de aula.

Aula Extra

A Batalha do Livro Didático - Além da criatividade, o professor já pode contar com ajuda da tecnologia para criar atividades diferentes com o livro didático. Essa é a proposta desse programa de computador desenvolvido para professores, como estímulo ao uso de livros didáticos e paradidáticos. Permite a exibição de cinquenta questionários interativos, tendo como pano de fundo uma aventura que ocorre em um castelo medieval. O *download* do *software* pode ser feito gratuitamente na internet.

Site – www.superdownloads.uol.com.br

Classificados

books.google.com.br - Neste *site* estão disponibilizados poemas escritos por alunos de escolas da Baixada Fluminense (RJ) para o projeto Jovens Poetas, promovido pelo Colégio Gonçalves Dias. Basta digitar "jovens poetas" no campo de buscas, para ter acesso à reprodução do livro publicado em 2002 com 39 poesias escritas por alunos de escolas públicas e particulares.

O Tema é

ler-e-escrever.blogspot.com - *Blog* do professor da Universidade Federal Fluminense, Anibal Bragança. Como o próprio nome sugere, a página virtual tem o objetivo de compartilhar experiências de leituras, como críticas, questionamentos e iniciativas. O *blog* divulga, ainda, eventos relacionados ao livro e textos sobre tipografia, leitura, história do livro, dentre outros. Além disso, o internauta pode acessar, também, textos e poesias que mencionam a obra e vida de grandes nomes da literatura brasileira como: Fernando Sabino, Carlos Drummond Andrade e Monteiro Lobato.

O Nome da Rosa (Der Name Der Rose). ALE/FRA/ITA, 1986, 131 min. Suspense. Direção: Jean-Jacques Annaud. Produção: Warner Home Vídeo. O filme, baseado na obra homônima de Umberto Eco, conta a história de um monge da Idade Média encarregado de investigar uma série de estranhas mortes que passam a acontecer em um mosteiro. A obra mostra como era o trabalho dos monges copistas daquela época e os procedimentos adotados com os chamados "livros proibidos" durante esse período.



letra *A*
o jornal do alfabetizador

5 anos

São 18 edições regulares e 3 edições especiais que buscam contribuir para a prática do professor.

Comemore com o Letra A. Assine e compre as edições anteriores.

Para assinar: www.ceale.fae.ufmg.br ou (31) 3409 6211

Memórias de uma “professora-agulha”

Clássicos machadianos são aliados de uma educadora mineira para despertar em seus alunos o interesse pela leitura (CEDÊ SILVA)

"Em pouco tempo eu me acostumaria aos companheiros e aos mestres, e acabaria gostando de viver com eles."

A frase é de Dom Casmurro, personagem do romance homônimo, de autoria de um dos mais importantes escritores brasileiros: Machado de Assis (1839 – 1908). Sua prosa elegante, suas ironias e seu estilo narrativo único fizeram dele um autor admirado em todo o mundo. Mas será que crianças de apenas nove anos de idade estariam preparadas para trabalhar com textos desse escritor?

A professora Cláudia Guimarães Ferreira, da Escola Municipal Josefina Macedo Gontijo, em Betim (MG), acredita que sim. Aos 38 anos de idade, 20 deles dedicados à profissão, ela hoje trabalha com alunos do 1º ano do 2º ciclo (antiga 3ª série). "Aprendi que a melhor maneira de formar o leitor é a literatura", diz.

Para apresentar o universo literário às crianças, a professora se vale de alguns "truques". Em suas aulas, os estudantes são convidados a dizer o que mais chama a atenção em cada livro. Inicialmente, tudo de uma forma descontraída e lúdica. "Eles sentam no chão, manuseiam o material, leem, falam sobre as obras e formulam hipóteses sobre as histórias baseados na capa", conta.

Várias histórias

Os alunos de Cláudia, porém, não chegam a Machado de Assis de uma só vez. Em 2008, por exemplo, ela trabalhou com livros do autor e ilustrador Cláudio Martins. Este ano, está usando obras de Ziraldo como ponto de partida. As crianças exploram os livros por inteiro, investigando a vida do autor e as ilustrações. A seleção da bibliografia é feita com base no acervo da biblioteca da própria escola. Os alunos conhecem diferentes gêneros e descobrem que não é preciso começar com "Era uma vez..." para se contar uma história.

O primeiro texto de Machado de Assis utilizado por Cláudia, em classe, foi o conto *Um Apólogo*, que apresenta um diálogo entre uma agulha orgulhosa e um novelo de linha. As crianças discutiram o texto e as relações entre os personagens. Daí, partiram, por conta própria, para a leitura de outros contos do autor. "Constatei que, ao final do trabalho, essa turma foi uma das que mais leu e mais usou a biblioteca", conta satisfeita.

Ela diz que os estudantes questionavam as expressões idiomáticas presentes nos textos e indagavam como as mesmas coisas seriam ditas nos dias atuais. A professora também os ajudou com o vocabulário. "O resultado ultrapassou minhas expectativas. Os alunos descobriram que Machado de Assis aparece também fora dos livros didáticos e, depois da experiência, não queriam voltar aos contos mais simples."

Nas páginas e nos palcos

Outra atividade promovida por Cláudia são apresentações das histórias lidas. Sozinhos ou em pequenos grupos, os alunos escolhem contos e fazem exposições orais dos textos. Os estudantes também escrevem resenhas dos contos e das apresentações dos colegas, ressaltando pontos negativos e positivos. "Os alunos mostram grande maturidade em justificar as escolhas dos contos. Alguns, por exemplo, trocam um texto que já tenha sido apresentado por outro que ainda não foi."

Assim como em *Dom Casmurro*, em pouco tempo, seus alunos – até os que parecem menos interessados – se acostumam aos seus novos companheiros e mestres, no caso, os livros. Cláudia destaca o desempenho de um deles, segundo ela, "uma de suas maiores surpresas". Ela conta que o estudante em questão era um dos mais dispersos e com maiores dificuldades de aprendizado. Ainda assim, ele se interessou bastante pela atividade, escolheu um dos contos mais difíceis e pediu ajuda da irmã mais velha para desenvolver a tarefa. "Fiquei muito emocionada. Ele fez bonito!"

Conto de escola

O trabalho de Cláudia Guimarães é o objeto de estudo da tese de doutorado da professora Paula Cristina Rodrigues, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Paula acompanhou várias das aulas e apresentações da turma de Cláudia. "Ela tem grande sensibilidade para ouvir os alunos e abrir espaços para eles", diz a pesquisadora. "As crianças estavam bem envolvidas, desenvolveram maior interesse pela leitura e pediam para ir à biblioteca."

Depois da apresentação de *Um Apólogo*, um dos estudantes comparou a professora à protagonista do conto, dizendo que ela é como a agulha, que abre caminhos para os alunos. Cláudia Guimarães faz questão de destacar, contudo, que o trabalho de educar é realizado em parceria, envolvendo, além dos alunos, a família, a equipe pedagógica e os estagiários. "Ser professor é um desafio. É uma mistura de satisfação e frustração. Mas a gente busca acertar mais do que errar", diz. Como em *Quincas Borba* (outra obra machadiana): "Os agradecimentos fizeram empalidecer o professor; mas as praxes do foro restituíram-lhe o sangue."



A educadora Cláudia Guimarães despertou nos alunos a paixão pelos livros e pela biblioteca



Fotos: acervo pessoal